

## Ilusões de ótica

### FORMATO LIGHT NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA ESTÁ LONGE DE SER OVO DE COLOMBO

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Reina certa confusão sobre a verdadeira natureza do compromisso político assumido pelo governo brasileiro durante a recente visita do presidente Lula a Washington. O comunicado conjunto diz: "Reconhecendo nossa responsabilidade como co-presidentes para a conclusão exitosa das negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas." O que parecia ser a mera repetição de um compromisso da diplomacia brasileira gerou apreciável celeuma, especialmente entre aqueles que acreditavam que o atual governo repudiaria os compromissos diplomáticos assumidos pelo seu predecessor. Os autoproclamados cérberos da soberania nacional, acostumados à cômoda convivência com interpretações simplistas de que Alca é anexação, perderam a compostura e mergulharam em previsões apocalípticas. Desde a de que a reação virá para arrasar os que traíram o Brasil para gozar do poder, até a de que os governantes não perdem por esperar, vão pagar, cedo ou tarde, um preço político arrasador. O ministro das Relações Exteriores, por seu lado, asseverou que, se as negociações levarem a um acordo desequilibrado, não seriam "exitosas" e que, portanto, estaria havendo uma ilusão de ótica quanto a uma possível mudança de posição em relação à Alca. O assessor para assuntos internacionais da Presidência bateu na mesma tecla, afirmando que teria havido uma "invenção fantasiosa" sobre uma possível capitulação do Brasil e que a palavra Alca praticamente não foi mencionada.

Ilusão de ótica? A neutralidade do comunicado conjunto e a escassez de referências à Alca em Washington não parecem suficientes para caracterizar a importância secundária do tema na agenda bilateral. O deputado Delfim Netto, com meio século de experiência na decifração de comunicados e reuniões manhosas, está mais perto da verdade quando escreve: "Quanto mais se afirmava que a discussão da Alca estava fora do centro da agenda, mais clara era a idéia de que ela seria o palco dentro do qual se desenrolariam as negociações. Ela não estava na mesa: ela era a sala oval que a abrigava, presidindo-a em espírito e conduzindo magicamente as negociações..." O deputado afirma acreditar, com alguma ironia e exagero, que o presidente comprometeu-se com a Alca como projeto político, cabendo agora aos seus assessores a mera solução das "tecnicidades".

Estas "tecnicidades" são de solução sabidamente complexa. Recentemente a diplomacia brasileira julgou ter encontrado um ovo de Colombo para resolver o impasse em relação às negociações da Alca. Como se sabe, os EUA haviam manifestado a sua intransigência quanto à discussão de regras relativas a antidumping e de subsídios à agricultura no quadro das negociações da Alca reservando-os para a discussão na OMC. O problema é que o interesse do Brasil está centrado nestes dois temas, além de acesso a mercados, inclusive para a agricultura. O ovo de Colombo seria a modificação da arquitetura da Alca para

excluir outros temas em relação aos quais os EUA demandam concessões, reservando-os também para a OMC. Isto envolveria investimentos e propriedade intelectual e, no limite, compras públicas, políticas de concorrência e, até mesmo, serviços. Sem contar normas trabalhistas e meio ambiente, ainda debaixo da mesa. Há aí uma ilusão, não é claro se de ótica, quanto à viabilidade de convencer os Estados Unidos a concordarem com a retirada da agenda da Alca de todos estes temas. E há ainda a dificuldade quanto ao impacto de antidumping sobre as condições de acesso, o que faz o tema singular. De pouco adiantará obter melhores condições de acesso ao mercado norte-americano se continuar a ser possível obstruir as importações com medidas discricionárias.

Mesmo que se imagine que seja uma opção viável reduzir a Alca a uma versão light restrita a acesso a bens e agricultura, e talvez serviços, não é fácil vislumbrar um cenário factível de concessões recíprocas entre Estados Unidos e Mercosul. Dado um período de transição rumo à tarifa zero igual para todos os parceiros é evidente que as concessões, embora recíprocas, não poderão ser equivalentes, pois os níveis de proteção no Mercosul estão entre os maiores do hemisfério. Será sempre uma reciprocidade relativa, mas isto não impede que se busque a distribuição temporal equitativa das concessões durante o período de transição. A pergunta crucial é que reduções de tarifas estarão os EUA dispostos a fazer e em que prazo. Hoje, a proposta norte-americana, além de discriminar o Mercosul, reserva quase tudo que importa para um período indeterminado, superior a dez anos. Os interesses exportadores do Mercosul estão concentrados em produtos como laticínios, fumo, suco de laranja, calçados, algodão e produtos siderúrgicos, todos na lista dos sensíveis. Se há verdadeira intenção norte-americana de fazer concessões quanto a estes produtos está, por enquanto, bem disfarçada.

À luz da experiência do Nafta, outra ilusão: alguns argumentam que qualquer idéia de reciprocidade em negociações com os EUA é pouco razoável. Não fica bem claro por que teriam sido necessários dez anos ou mais de negociações se o que se espera é liberalização unilateral na América Latina. Mais importante, o argumento não é realista. Deixa de levar em conta que, para vencer as resistências domésticas à Alca, será essencial que o governo brasileiro seja capaz de mostrar que obteve melhores condições de acesso preferencial para as exportações brasileiras ao mercado dos EUA.

---

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio